

Amauri Perusso - Bel. Ciências Jurídicas e Sociais

A independência da função de auditoria de controle externo para tribunais de contas efetivos

“A história não tem sido caridosa com o neoliberalismo, esse caótico saco de ideias baseadas na noção fundamentalista de que os mercados se autocorrigem, alocam recursos com eficiência e servem bem ao interesse público. Aprender a lição de que o neoliberalismo sempre foi uma doutrina política a serviço de interesses especiais pode constituir o fio condutor na nuvem que hoje recobre a economia global”.

NEW RULES FOR THE 21ST CENTURY: Corporate Power, Public Power, and the Future of the American Economy. A Roosevelt Institute report written by Nell Abernathy, Darrick Hamilton, & Julie Margetta Morgan. April 2019.



Amauri Perusso
Auditor Público Externo do TCE-RS
Presidente da Fenastc

O MOMENTO BRASILEIRO: UM PAÍS SUBMETIDO AO “AUSTERICÍDIO”

Estamos diante de grave crise econômica que conduz o País à desindustrialização, o que nos coloca, em muitos traços, num processo de recolonização. Nossa balança de pagamentos se sustenta pela exportação de produtos primários (não tributáveis).

Os efeitos sobre as finanças públicas são visíveis.

Os juros altos, traduzindo a prioridade para os ganhos do setor financeiro, determinaram a crise econômica do Brasil ao tempo em que orientam concentração da riqueza e da renda subtraída dos nacionais. Enquanto os setores produtivos decrescem, o setor financeiro aumenta seus resultados.

No setor público, observa-se exponencial crescimento da dívida pública, sem qualquer contrapartida em bens ou serviços à população.

Nestas condições, dois fenômenos se conjugam na crise econômica: (1) queda da arrecadação (que incide, majoritariamente, sobre a atividade produtiva, em impostos e taxas) e (2) aumento da pressão social por serviços públicos.

Os países (e os capitais) centrais propõem continuidade da integração do Brasil, no mundo globalizado, na condição de “grande fornecedor de matérias-primas” sem valor agregado (soja em grão, carne “in natura”, minério de ferro e outros minérios, petróleo bruto, etc.).

A elite brasileira está desconstruída. As eleições de 2018 retiraram da vida pública parte importante “dos velhos políticos”. No entanto, não produziu um Congresso Nacional melhor, tampouco uma classe dirigente mais qualificada.

O POVO SE SENTE DESPROTEGIDO E SEM ESPERANÇA

Assistimos à calamidade de milhões de desempregados. Num cenário de desesperança, parte da população sequer procura postos de trabalho.

O crescimento do PIB não ultrapassa 2% a.a. nos últimos 20 anos e indica viés de queda em 2019.

Nosso povo e o Estado Brasileiro são extorquidos pelo sistema financeiro mediante os mais altos juros do planeta. Há crise para a maioria e excelentes resultados para os bancos, financeiras e rentistas (Itaú, Santander e Bradesco tiveram, somados, lucros líquidos de R\$ 57,2 bilhões em 2018. Valores crescentes em relação a 2017).

A FRAÇÃO DOS NACIONAIS QUE VIVEM DE RENDAS SEGUE ACUMULANDO A RIQUEZA DO PAÍS. CRESCE A DESIGUALDADE

Com queda da atividade econômica, com recessão planejada, amargam União, estados e municípios uma crise de arrecadação fiscal. O sistema da dívida subtraído dos estados mais desenvolvidos parte importante de suas receitas, inviabilizando autonomia como entes federados.

Ronda em nosso meio o ideário do “austericídio”, fiscalidade que desconsidera as necessidades fundamentais dos humanos e da civilidade enquanto organiza brutal ataque contra os serviços e servidores públicos.

As (contra) reformas, do teto de gastos (EC 95/17), trabalhista e terceirização, sendo aplicadas, determinam a desconstrução de conquistas históricas e a impossibilidade da superação da enorme desigualdade econômica (somente possível mediante distribuição de renda e serviços públicos de qualidade).

Aprofundada a ausência de bens e serviços, o efeito sobre o setor público será a perda de sua legitimidade diante da população.

Indispensável é a reforma fiscal, para estabelecer um modelo progressivo de tributação. Hoje, no Brasil, são os pobres que financiam o Estado.

A PEC 06/2019 ATENDE AOS INTERESSES DAS FINANÇAS

Para deformar/reformar a previdência, a PEC 06 proposta impõe o fim da solidariedade entre brasileiros e entre gerações, determinando a sorte dos trabalhadores numa relação desprovida de segurança sobre o futuro (contribuição definida = ganhos na aposentadoria, determinados pelo resultado financeiro). Ficarão todos os trabalhadores, públicos e privados, dependentes de bancos, fundos especulativos (e de suas apostas).

Trata-se da possibilidade real de destruição do maior programa de distribuição de renda por benefícios previdenciários e sociais que atenuam a miséria de milhões de brasileiros. Hoje, 63% dos aposentados pelo Regime Geral de Previdência ganham até um salário mínimo. Se

ampliados os valores até dois salários mínimos, alcançam 82% dos beneficiados.

É razoável acreditar que pessoas com renda baixa serão capazes de reservar, mensalmente, valores para o futuro?

A capitalização proposta termina com a Previdência. Somada à desestruturação (precarização, sem estabilidade e formação de vínculo) do mercado de trabalho e somada à terceirização (sem considerar avanços tecnológicos que desempregam humanos), jogará parte majoritária dos trabalhadores na miséria.

A aplicação da EC 95/17, cujos efeitos já começam a serem sentidos, acabará com a continuidade no setor público.

Precisamos entender isso: as carreiras típicas de Estado (função de Controle Externo) receberam mensagem de que seriam bem remuneradas e teriam garantias constitucionais de proteção (na doença, na velhice ou na ausência). Sem isso, tenderão a serem desconstruídas.

O que tramita no Congresso é o fim das garantias históricas.

Ademais, propor que uma alteração legal (com desconstitucionalização das regras previdenciárias) determinará imediata e automática mudança cultural, com o nascimento de uma cultura de auto/economia – de responsabilidade exclusiva do trabalhador – para o futuro, é, no mínimo, inverossímil.

COMBATER A CORRUPÇÃO É ATUAR PARA IMPEDIR QUE A CORRUPÇÃO NÃO ACONTEÇA

O Congresso Nacional examina medidas propostas para combater a violência e a corrupção. Nesse projeto, não há uma linha que mencione a necessidade de ampliação das atividades de controle interno e desconhece, completamente, o controle externo. Atua em melhorar a tipificação penal, em facilitar a atuação do Estado para reaver o que foi ilegalmente subtraído, aumenta penas e dificulta progressão de cumprimento. A visão é punitiva.

O senso comum (do povo) exige mais punição. Daí que classificar essas propostas como combate à corrupção (e melhoria da gestão pública), para aqueles que atuam no controle, é um simplismo desfocado e ineficaz.

Não haverá vitória sobre a corrupção sem o controle social sobre as receitas e despesas públicas. E nada se fará sem grande choque de transparência. Isso inclui a publicidade ativa dos Relatórios de Auditoria, dos Tribunais de Contas, pela Internet, uma vez estabelecido o contraditório.

“Toda essa balela da corrupção só do Estado, estigmatizando a política, como está acontecendo agora, é um absurdo”...

Esse Estado foi assim montado para ser comprado pelo mercado.”

Jessé Souza – Sociólogo, escritor – Sítio UOI Eleições.

CENÁRIO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Fazendo parte das Instituições Republicanas, inseridas no contexto nacional, é compreensível que os Tribunais de Contas tenham sido arrastados para a mesma crise de moralidade que atinge o conjunto de Órgãos e Poderes. Os escândalos continuam. Ministros e Conselheiros estão sob investigação ou denunciados. Muitos afastados (Mato Grosso) e alguns estiveram presos (RJ). A crise é de alcance nacional. É produto final da violação da Constituição de 1988, com a escolha de Ministros e Conselheiros sem observação da idoneidade moral, conduta ilibada e saberes para o exercício do cargo produz a crise. Governos e parlamentos seguem mantendo a mesma conduta nas escolhas.

A Fenastc atua na Campanha Ministro e Conselheiro Cidadão, para garantir o cumprimento da Constituição de 1988, com avaliação das qualidades dos candidatos e participação da cidadania na disputa deste cargo público. Consta a exigência de quarentena, de cinco anos, para aqueles que titulam cargos ou mandatos e com prazo de dez anos para o exercício do cargo, extinguindo-se a vitaliciedade.

COMO CONSTRUIR TRIBUNAIS DE CONTAS COM MENOR INTERFERÊNCIA POLÍTICA?

A Campanha Nacional pela Independência da Função de Auditoria, compreendendo funções¹ distintas, autônomas ou independentes e harmônicas entre si: a **Auditoria Governamental** (realizada por Auditores Públicos de Controle Externo), a **Julgadora ou Parecerista** (realizada por Ministros/Conselheiros e Substitutos) e **Defensor da sociedade e do Estado** (exercida pelo Ministério Público de Contas) são a resposta mais eficaz, imediata e permanente para conferir aos Tribunais característica de órgão técnico.

Um dos objetivos é denominar de **Auditor de Controle Externo (ACE)** aqueles servidores que atuam na atividade finalística, admitidos por concurso público de nível superior, para exercício das competências atribuídas aos Tribunais de Contas no artigo 71, da CRFB, dotando-os de **Garantias e Prerrogativas para os atos de auditoria**. Já foi alcançada a denominação de ACE em 12 TCs: Acre; Distrito Federal – TCDF; Espírito Santo; Pará; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte, Rondônia; Tocantins; Rio de Janeiro/Municípios; Goiás/Municípios e TCU. Em 21 Tribunais, a expressão “Auditor”.

O sistema de controle externo brasileiro está em construção, daí este ajuste necessário.

FORÇA DE UMA IDEIA A SERVIÇO DA CIDADANIA

A ideia de uma carreira de Auditoria Pública de Controle Externo, exercida de forma independente, chegou com a exigência de combate à corrupção e resposta à má qualidade dos serviços públicos, apoiando o desenvolvimento de boa governança. Representará um novo tempo nos TCs.

PARA SEGUIR EM FRENTE:

As eleições para o parlamento brasileiro e nos estados expressaram crise e desesperança. Os partidos políticos se desconfiguraram, por incapazes de compreender os fenômenos econômicos e sociais.

Em todo mundo, a democracia e as liberdades encontram-se sob ameaça. Não há como impor a agenda do Estado a serviço do mercado financeiro mantendo-se liberdades. É tempo de enfrentar nossas contradições aprofundando a democracia real.

NOTAS

¹ Aqui não se está a utilizar a expressão “função” no conceito pelo qual o Tribunal de Contas exerce a função de controle externo (sobre a utilização de tal expressão com essa conotação, ver o jurista Carlos Ayres Britto, em seu artigo “O Regime Constitucional dos Tribunais de Contas”), mas sim no sentido denotativo da palavra, pelo qual função significa “atividade especial, serviço, encargo, cargo, emprego, missão” (de acordo com o dicionário Michaelis).